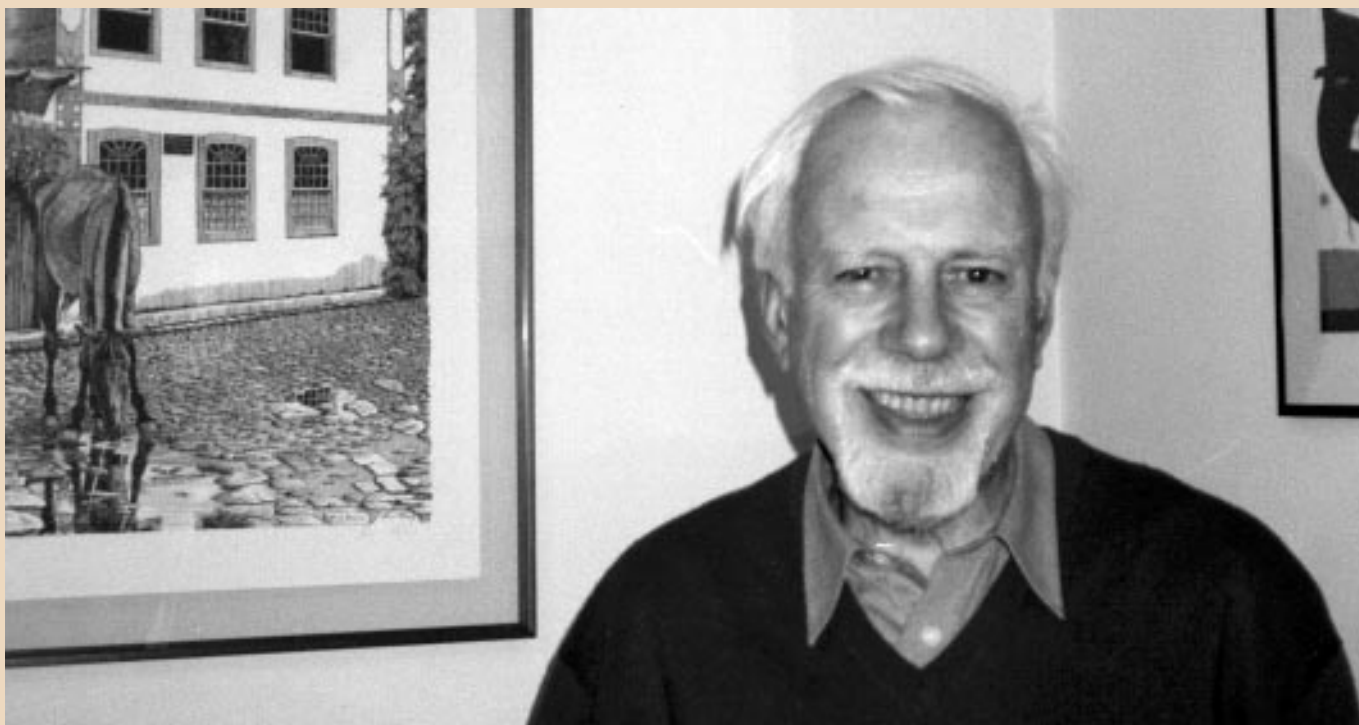


Entrevista
François Chesnais
por Antônio Martins

CRISE DA ÁSIA OU DO CAPITALISMO?



*Uma curiosa regressão tem marcado o noticiário há um ano. Depois de haver repetido durante anos que a economia, os mercados, as empresas, os lucros e até os preços são internacionais, os jornais recuaram há exatos doze meses. Desde então, os “experts” dos cadernos de economia ensinam que há em andamento uma crise... asiática; que os juros estão altos devido à crise da moeda... coreana; e que os prejuízos sofridos pela classe média que investiu em ações se devem à queda da bolsa de valores... de Moscou! Professor da Universidade de Paris XIII, assessor da OCDE por muitos anos, militante de esquerda que ajudou exilados brasileiros durante a ditadura, o economista **François Chesnais** tem procurado, desde que a crise começou, explicar que não adianta abrir a temporada de caça aos bodes expiatórios. Estudioso do neoliberalismo, autor de uma das obras clássicas sobre o tema (A Mundialização do Capital), Chesnais publicou diversos textos prevendo a crise desde a época em que o mundo - e a maior parte de seus colegas - acreditava na lenda dos tigres asiáticos. Quando a tendência de alta da bolsa de Nova York parecia algo tão definitivo quanto o fim dos projetos de transformação social, ele lembrava Marx e sustentava que não seria possível manter por muito tempo um sistema “conduzido por aqueles que vivem de renda sem trabalho e pensam que o dinheiro produz juros assim como a pereira produz peras”.*

Adusp - O sr. tem sustentado a idéia de que o que ocorre na Ásia é a primeira etapa de uma crise econômica global. Por quê?

Chesnais - Os jornais continuam apresentando a crise, todos os dias, como se fosse resultado de turbulências nos “mercados financeiros asiáticos”. Mesmo que pareçam reconfortantes, as notícias não serão capazes de esconder o essencial. Excetuados os Estados Unidos, a Ásia Oriental foi, nos anos 90, a única região do globo em que houve crescimento econômico significativo, tanto para os investimentos verdadeiros quanto para as aplicações financeiras especulativas. A gravidade do processo em curso está ligado ao fato de que, por trás de um episódio aparentemente financeiro, há na verdade uma crise econômica. Ela traduz a dificuldade crescente das empresas – principalmente asiáticas, mas também norte-americanas e européias – para vender as mercadorias produzidas, atender os objetivos de rentabilidade fixados para os investimentos produtivos e, portanto, satisfazer os níveis de rendimento aos quais os operadores financeiros se habituaram, sobretudo nos Estados Unidos, ao longo desta década. Para verificar a fragilidade da explicação que vê nos acontecimentos dos últimos meses um episódio apenas financeiro e regional, basta prestar atenção a um fato: a crise começou há um ano num país muito pouco relevante para as finanças internacionais: a Tailândia. Mas passou, semana após semana, por uma propagação internacional

quase “quimicamente pura”. Depois de atingir a Coréia do Sul e o Japão, além de ameaçar a China e Hong Kong, ela já se expande de forma mecânica.

Adusp - Quais os mecanismos de propagação do incêndio?

Chesnais - Há três mecanismos básicos. O primeiro está centrado no setor industrial. As empresas se vêem obrigadas a contrair severamente sua atividade, reestruturar-se e demitir. As medidas impostas pelo FMI agravam esta espiral recessão, que já provocou, na Ásia, o afundamento das exportações regionais e a busca frenética, pelos exportadores, de novos espaços nos mercados mundiais. Este processo acelera a deflação mundial no setor de matérias-primas – onde a queda dos preços já havia começado – e a projeta em direção a outros setores. O segundo mecanismo é o sistema internacional de crédito. A dívida colossal acumulada pelos países asiáticos foi feita por agentes econômicos privados: empresas e bancos, sobretudo. Os empréstimos contraídos fazem parte de longas cadeias internacionais de crédito, cuja manutenção está agora ameaçada.

Adusp - Há risco de uma grande recessão mundial?

Chesnais - O último mecanismo, completando a resposta anterior, está relacionado com as bolsas de valores. Elas são um mundo paranóico, que reage de forma irracional diante das “más notícias”. Devido ao caráter altamente hierarquizado das finanças, só a partir

de um crash em Nova York e Chicago poderá haver um movimento de amplitude capaz de provocar uma recessão mundial. Mas os próprios especialistas em mercados financeiros excluem cada vez menos esta hipótese.

Adusp - Vivemos uma situação semelhante à das crises clássicas do capitalismo?

Chesnais - Em parte, sim. Na verdade, há bolsões localizados de superprodução sobre um fundo de subacumulação e de uma demanda efetiva insuficiente. Os investimentos básicos em infraestrutura – por exemplo, redes de água, eletricidade e transportes – estão se reduzindo mesmo nos EUA, em particular nos bairros menos favorecidos das metrópoles. No terceiro mundo, a degradação é evidentemente mais grave. Estive em São Paulo em março. Bastou uma tempestade moderada para deixar às escuras metade da metrópole. A crise que está se gestando está mais claramente relacionada ao neoliberalismo. No final dos anos 80, houve, a partir dos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA, uma mudança no regime de acumulação capitalista. O novo modelo que surgiu caracteriza-se por ser dominado pelas finanças e liderado pelos Estados Unidos, que agora exercem um novo papel nas relações internacionais. É um regime muito distinto daquele que vigorou no mundo capitalista do pós-guerra até os anos 70, e ficou conhecido como “fordismo”.

Adusp - Quais as diferenças essenciais?

Chesnais - As décadas de 40 a 70 foram marcadas por uma conjuntura internacional muito particular. A “guerra fria”, e em especial a revolução chinesa, obrigaram os Estados Unidos, líderes incontestes do mundo capitalista, a lançar programas reais de ajuda a muitas outras economias. Eles irrigaram de fato, com capitais e tecnologia, o restante do sistema. Os fluxos de capital que partiam dos EUA impulsionaram de modo notável a expansão da indústria, ao financiarem tanto a instalação de uma nova base produtiva quanto o consumo das novas mercadorias produzidas. Um novo clima político permitiu que, na maior parte dos países, os ganhos de produtividade fossem repartidos entre o capital e o trabalho, favorecendo o aumento dos salários e o estabelecimento de mecanismos de produção social. Depois de assegurar três décadas de crescimento econômico acelerado, este regime de acumulação entrou em crise nos anos 70.

Adusp - É dessa crise que surge o neoliberalismo?

Chesnais - Exatamente. Ao contrário do que sustenta a propaganda das classes dominantes, o novo regime não é produto de uma evolução “natural” dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados capitalistas, com o objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital. Diante de

queda da demanda interna nos países centrais, a estratégia neoliberal consistiu em aumentar a produtividade através da reestruturação industrial, fusões e aquisições, em quebrar o poder do trabalho organizado, para reduzir a dispersão de lucros, e em fechar as “janelas de oportunidades” que haviam se aberto, através das polí-

Ao contrário do que sustenta a propaganda das classes dominantes, o novo regime não é produto de uma evolução “natural” dos mercados, mas de uma intervenção política massiva dos Estados capitalistas, com o objetivo de destruir o consenso social então existente, e subordinar as posições do trabalho diante do capital.

ticas de substituição de importações, para diversas nações do terceiro mundo. Nenhum desses objetivos pôde ser alcançado, porém, sem promover uma liberalização financeira que quebrou todos os limites impostos, no pós-guerra, à movimentação de capitais.

Adusp - Começa, então, a chamada “revolução” de Thatcher e Reagan, na qual o sr. vê traços muito fortes de rentismo.

Chesnais - A liberalização e a desregulamentação provocaram o crescimento acelerado dos ativos

financeiros, cuja expansão foi muito mais rápida que a do investimento. Eles passaram de 10 para 35 trilhões de dólares entre 1980 e 91, e continuaram crescendo sem parar. Já no início da década, um quarto desse total era representado por dívidas dos governos, inclusive porque as políticas neoliberais afundam os países em déficits crescentes. A expansão dos ativos financeiros permitiu que se reconstituísse uma classe social de “credores profissionais”, que desfrutaram de rendimentos resultantes da simples posse de títulos da dívida pública e ações. Para retomar uma bela imagem de Marx, o sistema passou a ser conduzido por aqueles que vivem de renda sem trabalho e pensam que o dinheiro “produz juros assim como a pereira produz peras”. Surgiram em consequência, e em todo o mundo, a bola de neve das dívidas internas e a “ditadura dos credores”. Mesmo nos Estados Unidos, onde o déficit orçamentário caiu muito consistentemente, o pagamento de juros se mantém.

Adusp - É algo inédito na história do capitalismo?

Chesnais - Não, mas nunca foi visto na escala em que o presenciamos hoje. Os assalariados são explorados em excesso, as camadas mais importantes da sociedade são pressionadas através de impostos cujo produto serve para garantir o pagamento de juros da dívida pública. Os rentistas alimentam-se também dos juros de empréstimos concedidos às pequenas empresas agrícolas ou urbanas. Mas, apesar de o nível de ex-

ploração do trabalho ter aumentado, o sistema não produz valores suficientes. O investimento caiu a níveis muito baixos, de forma que, globalmente, a acumulação não produz capital novo suficiente. O curioso é que este mecanismo de transferência de riqueza, aplicado pelas políticas neoliberais em todos os países, enfraquece a única instituição que foi capaz, nos anos 30 e no pós-guerra, de sustentar a economia e reverter a crise, quando os mercados entraram em refluxo: o Estado. Pode-se fazer muitas críticas a ele. Conservadorismo, posição monopolista, etc. Elas justificam medidas específicas para corrigir os problemas apontados. Mas não autorizam a destruição de uma instituição indispensável para sustentar a economia, corrigir os problemas dos mercados e satisfazer as necessidades básicas de vastos setores sociais.

Adusp - Que efeitos o rentismo provoca sobre os salários e o trabalho?

Chesnais - Os investimentos também caem através de um outro mecanismo. Os fundos de pensão e os fundos mútuos controlam uma parcela cada vez maior do capital das grandes empresas. Mas estes fundos orientam-se pela lógica do curto prazo, o "short-termism". Por isso, pressionam para reduzir a parte dos lucros destinada aos investimentos. A reação das empresas é reduzir cada vez mais os salários e tornar o trabalho flexível. Para dar "boas notícias" aos acionistas, os administradores promovem processos de "reengenharia" que consistem em demitir, aposentar precoce-

mente e tentar manter a produção com 20% dos trabalhadores empregados antes do processo. Repare que é uma contradição que as políticas neoliberais não se cansam de agravar: a produtividade aumenta, mas à custa do enfraquecimento e da destruição da demanda.

Adusp - Qual o papel dos Estados Unidos no sistema?

Chesnais - Os EUA são ao mesmo tempo o pivô e os beneficiários essenciais desse sistema. Sua posição privilegiada como detentores da única moeda realmente mundial, a dimensão de seus mercados financeiros e a possibilidade que oferecem para a multiplicação dos capitais financeiros permitem que continuem investindo muito, mesmo com uma taxa de poupança interna extremamente reduzida. O segredo está em centralizar uma parte enorme da poupança mundial, por terem adquirido, em escala maior que qualquer outro país, os traços de uma nação que vive de renda. É a primeira vez na História que o país central do sistema capitalista absorve a poupança internacional, ao invés de a espalhar pela periferia do sistema. Há outro fenômeno extremamente preocupante e perigoso. O sistema de pensões dos trabalhadores norte-americanos vinculou-se ao êxito dos fundos de pensão nos mercados financeiros de todo o mundo. Ele já não é viável com base apenas nos recursos gerados internamente. Só se sustenta se persistir o afluxo em direção aos EUA de recursos provenientes de dezenas de países, sob a forma de dividendos e juros das dívidas internas.

Adusp - Este fenômeno está relacionado com o esforço dos EUA para construir uma ordem internacional a serviço de seus interesses?

Chesnais - Os EUA estão engajados na tentativa de construir uma ordem mundial que talvez não seja unipolar, mas nas qual um polo domine completamente, do ponto de vista político, militar e financeiro os dois outros. Esta tentativa é limitada pela extrema pobreza do pensamento e do projeto político que a alimenta. Ela aparece frequentemente como uma demonstração de força pura. Repare que os Estados Unidos reduziram seus gastos militares globais, mas mantiveram as despesas com pesquisa científica e tecnológica relacionada a atividades bélicas. Suas forças armadas são praticamente o único laboratório de pesquisa militar permanente, ao qual estão associados grandes grupos industriais. É esta situação que transforma, por exemplo, a hipótese de uma segunda guerra do Golfo Pérsico numa ameaça permanente. Os EUA precisam testar, no cenário de uma batalha real, uma nova geração de artefatos militares. Por isso, têm desejo real de que a guerra ocorra.

Adusp - Os Estados Unidos retomaram a produtividade industrial que haviam perdido nos anos 70 e 80?

Chesnais - Em quase todos os setores importantes, e em especial nos de ponta, sim. Além da própria pesquisa relacionada à atividade militar, duas causas explicam essa mudança. Primeiro, o capitalismo regrediu, em boa medida, ao cará-

ter selvagem que o caracterizou até o século passado. Desde que a globalização e a desregulamentação reduziram nitidamente a força dos sindicatos, ele voltou a ser um sistema cada vez menos controlado por movimentos ou forças sociais. Nem o capitalismo japonês, nem o europeu são capazes de competir com o dos Estados Unidos nesse ambiente. No Japão e na Alemanha, as taxas de produtividade são resultado em grande medida de negociações, de compromissos sociais. Agora que a brutalidade do capitalismo norte-americano tornou-se outra vez possível, ele é um fator de peso favorável à competitividade dos EUA. O segundo aspecto está relacionado com o papel único ocupado pelos EUA no mundo das finanças globalizadas. Uma parte dos enormes recursos financeiros centralizados pelos Estados Unidos alimenta a atividade tecnológica e a inovação internas, com uma força que não havia sido possível alcançar antes. Nenhum outro país do mundo pode oferecer a suas empresas de alta tecnologia facilidades de financiamento semelhantes às proporcionadas pelas bolsas de valores dos EUA.

Adusp - O rentismo é um fenômeno ligado apenas aos EUA?

Chesnais - Não há um único setor da economia mundial que escape do rentismo. Seus traços apareceram de modo evidente na Ásia. Houve uma acumulação industrial verdadeira, em alguns países. Porém, mesmo ali – e inclusive na China, que ainda não sofreu as consequências mais graves da crise



– desenvolveu-se muito rápido um capitalismo abertamente parasitário. Todo mundo estava ciente do crescimento desregulado de instituições financeiras já hipertrofiadas, dos investimentos desmedidos no setor imobiliário, dos imensos projetos de infra-estrutura e agroindustriais que destroem as condições de existência da população rural e o meio ambiente, dos projetos industriais cujas condições de cumprir os objetivos não haviam sido estudadas seriamente.

Adusp - Algo semelhante está ocorrendo hoje na Rússia?

Chesnais - Quanto mais nos aproximamos da periferia, mais aparecem esses traços. Na Rússia, que está sob risco iminente de uma desvalorização dramática do rublo, uma parte importante da economia ficou sob o controle de autênticas máfias. Elas florescem no quadro de um capitalismo quase puramente financeiro, onde não há outro interesse além dos lucros de curtíssimo prazo. Os investidores internacionais cobiçam o petróleo, algumas outras matérias-primas e a grande agricultura. Mas não têm absolutamente nenhum interesse em se engajar no verdadeiro traba-

lho de uma possível renovação da base industrial russa. Preocupam-se apenas com as finanças e o setor de exportações e importações.

Adusp - Enquanto o FMI recomenda aos países “emergentes” taxas de juros mais altas, os EUA, o Japão e a União Européia têm procurado manter taxas reduzidas. Por quê?

Chesnais - As taxas de juros não estão relacionadas principalmente aos “conselhos” do FMI, mas ao papel que cada país e cada mercado financeiro desempenha no sistema. As diferenças são muito reveladoras sobre a natureza hierarquizada, imperfeita e sem instâncias de regulação assumida pelo processo de globalização financeira. No centro do sistema estão, evidentemente, os Estados Unidos. Em torno deles, há os países do G7 e a Suíça, onde as taxas de juros pagas pelos respectivos Tesouros são relativamente baixas. Os outros mercados estão todos na periferia – mas há, entre eles mesmos, hierarquias.

Adusp - Quem decide o papel de cada país?

Chesnais - Os aplicadores. Em todo o mundo há apenas 25 gran-

des praças financeiras. A maior parte dos países, portanto, sequer está integrada diretamente aos grandes fluxos de capitais – e mesmo os participantes do processo podem ser excluídos a qualquer momento. É o que ocorreu com a Indonésia, onde resta, agora, o esforço do FMI para recuperar os créditos duvidosos.

Adusp - Como o Brasil participa do jogo?

Chesnais - As taxas de juros expressam esta hierarquização entre os países. Mas indicam também as condições que certos governos, e certas classes dominantes interessadas em se integrar à globalização financeira, impõem a suas sociedades para fazer a integração. O caso do Brasil é exemplar, porque houve nos últimos anos uma reviravolta política e econômica notável. Desde a década de 30, a burguesia industrial havia ocupado o centro do poder. A crise econômica de 29, no plano econômico, e o varguismo, no plano político, haviam dado importância secundária aos setores cuja riqueza provinha do escravismo, do latifundismo, de uma relação com o sistema financeiro que vê nos bancos apenas um refúgio para conservação e multiplicação de riquezas. Nos últimos anos, porém, a burguesia financeira assumiu o poder político, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social brasileira. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usurárias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. A

burguesia financeira apóia-se no sistema mundial que lhe dá, inclusive, enormes oportunidades de fuga, nos momentos de crise. Em 1994, no México, os investidores mexicanos foram os que transferiram mais rapidamente sua riqueza para o exterior, quando a desvalorização do peso tornou-se uma possibilidade real. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país.

Adusp - A constituição da União Européia e o surgimento do euro poderiam ameaçar a hegemonia financeira dos EUA?

Chesnais - No momento, é muito difícil saber o que o advento do euro provocará. Há inclusive uma tese, que não é minha e que não pude ainda examinar, segundo a qual a moeda única, mais as forças combinadas dos mercados financeiros de Frankfurt, Paris e Zurique, poderiam constituir uma nova divisa-refúgio – e dessa forma abalar a capacidade dos próprios Estados Unidos de resistir a ações especulativas contra o dólar. Mas é preciso lembrar, antes de tudo, que as instituições não são entes mágicos. Não se formou ainda uma vontade política comum da Europa em relação aos assuntos internacionais e principalmente em face dos Estados Unidos – e essa articulação entre finanças e política é muito importante.

Adusp - Por quê?

Chesnais - O euro pode ser uma moeda bem mais atraente do que o marco alemão ou o franco francês.

Mas não há por enquanto, ao contrário do que ocorre nos EUA, um Estado centralizado e forte por trás dele, nem o mesmo grau de certeza para os investidores financeiros. O Banco Central Europeu é também uma incógnita. Ele vai ser um ente financeiro criado ao modelo do Bundesbank alemão? Ou irá se limitar a controlar a inflação e as taxas de câmbio? Estará dotado do mesmo pragmatismo e da mesma capacidade de intervenção cotidiana que caracteriza o FED (o Banco Central dos EUA)?

Adusp - Os países asiáticos também estão distantes desta unidade política e financeira?

Chesnais - Sim. Eles formam apenas uma rede de trocas comerciais, e de certo movimento de capitais. Estão divididos por rivalidades políticas muito fortes e antigas. Há as ambições e o orgulho nacional do Japão, da Coreia, da China, tantas vezes conflitantes. Embora o Japão seja a economia mais forte, sua hegemonia está muito longe de ser reconhecida na região. Além disso, a presença norte-americana é muito forte, tanto política quanto financeiramente. O papel do iene não tem nenhuma comparação sequer com o do marco, que evitou o agravamento da crise monetária européia, entre 1992 e 93. As diversas moedas asiáticas que se desvalorizaram não estavam ancoradas à moeda japonesa, mas ao dólar e não há, por enquanto, nem sombra da constituição de uma zona monetária comum.

Adusp - Uma das particularidades desta crise é que não há um

movimento de oposição ao capitalismo articulado internacionalmente. De que forma a crise poderia ajudar a formar essa resistência?

Chesnais - Uma das grandes dificuldades políticas da situação atual é que, face à organização das burguesias financeiras no plano mundial, e à potência política e militar dos Estados Unidos, somos obrigados a assumir o fato de que na maior parte dos casos – e penso que há uma única exceção – a primeira resposta dos trabalhadores ao neoliberalismo ainda precisa ser dada em plano nacional. Somente dando esta resposta, da maneira mais contundente possível, será possível encorajar outros movimentos de assalariados, operários, camponeses, em outras partes do mundo. Pensar apenas numa ação internacional, nas condições de hoje, pode tornar-se, infelizmente, um pretexto para não agir.

Adusp - A que exceção o senhor se refere?

Chesnais - A Europa. Lá acumularam-se condições favoráveis a uma ação internacional da classe operária e dos movimentos sociais. Há uma história comum, pela qual se pagou o preço muito caro de duas guerras mundiais. Seja como for, as lições foram absorvidas conjuntamente: os povos europeus sabem, por exemplo, que não podem jamais voltar a fazer guerra entre si. Embora construída com base no mercado, a União Européia foi feita também a partir de uma crítica ao papel dos

Estados Unidos. É, além disso, um mercado controlado, onde os capitais não são inteiramente livres. O que caracteriza o capital europeu, aliás, é a necessidade de um certo grau de consenso social e a possibilidade muito reduzida, por enquanto, de adotar formas tão brutais de exploração como nos EUA. Nenhum país da Europa continental adotou, por exemplo, o modelo thatcherista de ataque aos direitos sociais.

A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos (na Europa) é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana fazendo militância em favor desses movimentos.

Adusp - Qual a situação dos movimentos sociais europeus?

Chesnais - Há uma efervescência social na França, que ficou conhecida a partir da greve geral francesa de 1995-96 pelos direitos previdenciários. A capacidade de mobilização dos partidos de esquerda, dos sindicatos e especialmente dos novos movimentos associativos é muito grande. Há centenas de milhares de pessoas dispostas a passar várias horas por semana fazendo militância em favor desses movimentos. A consciência política e ideológica de oposição ao neoliberalismo também é impressionante, e reconhecida nos demais países. A história da luta de classes na França gerou, além disso, tradições muito importantes. Até mesmo os assalariados de novo tipo, que atuam em profissões intelectuais e recebem ordena-

dos muitas vezes elevados, enxergam-se como trabalhadores – não como agentes do capital. Temos, por fim, a sorte de manter um sistema de aposentadorias por repartição, que não depende dos fundos dos mercados financeiros. Pouca gente se vê como sócia do capital.

Adusp - Desses novos movimentos pode surgir uma ação social mais transformadora?

Chesnais - Depende de algumas condições. A influência simbólica que o movimento social francês tem em toda a Europa – e muito particularmente na Alemanha – é notável. Mas sua clarificação programática está atrasada.

Há ainda pragmatismo demais e incapacidade de anunciar um projeto mais amplo. Se este problema for resolvido, se o objetivo pretendido deixar de ser um salário ou rendimento mais alto, e passar a ser o controle dos meios de produção, surgirá uma situação nova, com chances de repercussão internacional muito grandes.

Adusp - O neoliberalismo não é, portanto, irreversível.

Chesnais - Só uma amnésia histórica pode dar crédito à idéia de que a tirania dos mercados, que promove regressão e política além de oferecer empregos cada vez mais raros é “inevitável”. Algumas das transformações desencadeadas pelo neoliberalismo são de fato irreversíveis, no sentido de que impedem que se volte atrás, que se

reutilizem certas receitas de política econômica e social que funcionaram no passado. Mas reconhecer a irreversibilidade das mutações não tem nada a ver com aceitar as políticas que, pretensamente, “decorrem” delas. Apenas obriga a procurar saídas construídas a partir dos novos dados políticos e sociais, por mais difícil que isso possa ser.

Adusp - Quais são estas saídas?

Chesnais - Os próprios movimentos sociais já começam a formular pontos de um programa de oposição ao neoliberalismo. Ele inclui aspectos relacionados ao mundo do trabalho, como proibição de demissões, redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, transformação dos contratos temporários em vagas estáveis, salário-desemprego integral para os desempregados, restabelecimento de todos os direitos previdenciários e, na Europa, da legislação sobre trabalho noturno e trabalho em tempo parcial. Mas também encampa pontos que têm a ver com a garantia dos direitos dos despossuídos, como requisição das habitações desocupadas para alojar os sem-teto, renovação dos bairros populares e periferias de população trabalhadora, proibição dos despejos de locatários, suspensão das privatizações dos serviços e empresas públicas.

Adusp - Como executar estas medidas?

Chesnais - É neste ponto precisamente que está uma linha divisória clara. Diante de qualquer programa voltado para restabelecer ou ampliar as conquistas dos trabalha-

dores e excluídos, os neoliberais repetem uma velha cantilena. Alegam que são propostas “inviáveis”, pois o caixa do Estado está vazio e o endividamento é alto. Sustento, porém, que a responsabilidade dos economistas que romperam com o “pensamento único” é, em primeiro lugar... romper verdadeiramente com ele! Para satisfazer necessidades permanentes e aplicar medidas de emergência, não basta uma denúncia passiva da “ditadura dos credores”. É preciso repudiar a dívida pública. Ela transfere para os rentistas uma parcela da renda nacional tão elevada que já não se mede em volume de recursos, mas em porcentagem do PIB: entre 2 e 5% nos países centrais, muito mais que isso na periferia. É preciso, evidentemente, adotar medidas para proteger os pequenos poupadores. Mas não vejo chance alguma de romper com o programa neoliberal sem acertar as contas com o rentismo.

Adusp - O sr. parece partir da base teórica do marxismo para propor um programa voltado para enfrentar o “capitalismo real” que existe 150 anos depois do Manifesto Comunista.

Chesnais - É o que vou tentar escrever nos meus próximos artigos. No momento, a questão do capital não pode ser resolvida no nível do Estado, ou das fronteiras. A saída é reconhecer que os meios de produção e reprodução da vida social são potencialmente independentes do capital, embora tenham uma aparência capitalista. É preciso reconstituir um sujeito social. Os principais avanços do pensamento filosó-

fico foram feitos em épocas em que grupos de pensadores e formas de organização política e social aceitaram e estudaram o fato de que a História não é um processo que evolui sem fio condutor ou sem sujeito – mas pode ser conduzida socialmente pelo ser humano. Esta idéia foi sustentada pelos enciclopedistas no século 17 e marcou a revolução francesa. Vejo meu trabalho como o de um seguidor dessa tradição. A História sem sujeito conduz necessariamente ao caos e à barbárie. Entregá-la aos mercados ou delegá-la ao governo dos Estados Unidos é, para mim, um retrocesso ideológico extremamente grave.

Adusp - Esta mesma tradição foi reivindicada pelas primeiras experiências socialistas.

Chesnais - Sim, e é preciso fazer um balanço muito rigoroso delas. O próprio Lenin ressaltava que o partido de “tipo leninista” era uma forma de organização para um país determinado, no contexto de um momento histórico preciso. A caricatura desta posição é algo desastroso, que combina aspectos de blanquismo e de putsch com a proclamação genérica de um saber constituído que se transforma em dogma – defendido por uma seita ou igreja que ao chegar ao poder adquiriu todos os elementos necessários para se transformar numa elite burocrática que usurpa a revolução para si mesma. Fazer a crítica radical desta deformação, reafirmando ao mesmo tempo a necessidade de transformar o ser humano em sujeito da história, é o desafio internacional que precisamos enfrentar. 